

Título: Análise comparativa das capacidades de políticas públicas para implementação de programas de adaptação climática: Paraíba e Rio Grande do Norte.

Autor: Salmon Carlos Vitorino – Doutorando em Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN)

Resumo Simples

Este estudo analisa a Capacidade de Políticas Públicas para a implementação de programas de adaptação climática na Paraíba (PB) e no Rio Grande do Norte (RN), estados que enfrentam crescente frequência de desastres socioambientais como secas e chuvas extremas. Essa vulnerabilidade é evidenciada pelos milhares de eventos registrados entre 1991 e 2012 nos estados do RN e PB. Alinhada ao tema do VI ENEPCP, que destaca a governança democrática e a implementação de políticas em territórios marcados por desastres, a pesquisa investiga as capacidades para implementar respostas adaptativas às mudanças climáticas. Adota-se o referencial de capacidade de políticas públicas, que combina habilidades (analíticas, operacionais e políticas) e recursos em níveis individual, organizacional e sistêmico. Por meio de uma análise qualitativa e comparativa entre os estados, partindo de estudos prévios do RN e novos dados da PB, busca-se identificar as condições que fortalecem a gestão estadual. Desta forma, o estudo contribui para a compreensão da resiliência regional e oferece subsídios para o planejamento de políticas públicas mais sensíveis às vulnerabilidades socioambientais.

***O autor utilizou Gemini versão 2.5 Flash, em maio de 2025. O uso consistiu principalmente em parafrasear alguns trechos, sugerir sinônimos, corrigir a pontuação e a estrutura frasal. Após o uso desta ferramenta, o autor revisou e editou o conteúdo gerado ou modificado em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo final da publicação.**

Resumo Expandido

1. Contextualização do Tema

O cenário global de acordo com Beck (2011), coloca que vivemos em uma "sociedade de risco", na qual ameaças como as mudanças climáticas se tornam cada vez mais frequentes e complexas, afetando a todos de forma transnacional e difusa. O Brasil, com sua vasta costa e diversas regiões suscetíveis a fenômenos como inundações, secas e deslizamentos, tem vivenciado de perto os impactos devastadores da crise climática, como as enchentes de maio de 2024 em Porto Alegre, que expuseram as desigualdades de infraestrutura e as limitações das capacidades locais de enfrentamento.

A região Nordeste do Brasil já enfrenta diversas ameaças climáticas, com projeções de agravamento ao longo do século. Entre os principais impactos destacam-se o aumento da temperatura média, com estimativas de elevação entre 3 °C e 4 °C até 2100 (PBMC, 2014), e a intensificação de eventos extremos de precipitação, que embora se tornem menos frequentes, tendem a ocorrer de forma mais concentrada e intensa, gerando alagamentos, inundações e deslizamentos (DIAS, 2020). A Paraíba, por sua vez, está localizada em uma região caracterizada pelo clima semiárido, com escassez e irregularidade de chuvas, e o

Núcleo de Desertificação do Seridó abrange parte de seu território (MOURA, 2016). Esse estado registrou 2.341 ocorrências de desastres socioambientais entre 1991 e 2012 (CEPED/UFSC (2013a). Portanto, a Paraíba e o Rio Grande do Norte, assim como outros estados nordestinos, enfrentam múltiplos riscos que exigem uma robusta capacidade de políticas públicas para adaptação.

Para lidar com essa complexidade, a importância da governança multiatores (ou multissetorial) é enfatizada para enfrentar a complexidade das questões climáticas. Os principais tipos de atores incluem: atores governamentais (poder público/Estado), considerados os principais responsáveis pelo enfrentamento das mudanças climáticas e pela elaboração e implementação de políticas; setor privado (empresas/entidades empresariais), crucial na construção de capacidades de mitigação e adaptação, com investimento e tecnologia; sociedade civil (organizada e não organizada), cuja participação é de suma importância na elaboração, tomada de decisão e monitoramento das políticas; academia e instituições de pesquisa, que contribuem para os processos de adaptação e capacidade adaptativa; *policy entrepreneurs* (empreendedores de políticas públicas), fundamentais para novas iniciativas; e a população/comunidades, especialmente as vulneráveis, que são as mais afetadas e cujas necessidades devem ser consideradas na perspectiva da justiça climática. A efetivação de uma governança climática multiatores, com integração plena de responsabilidades e participação equitativa, ainda é um desafio nos estados analisados (BARBIERI; FERREIRA, 2018).

2. Objetivo

O objetivo principal deste artigo é analisar e comparar a capacidade de políticas públicas para adaptação climática dos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte para o atendimento de emergências climáticas, considerando as ameaças e suscetibilidades específicas da região Nordeste e a interação de múltiplos atores. Busca-se responder à pergunta: **Em que medida o arcabouço conceitual de 'policy capacity' é útil para classificar e compreender as capacidades estatais em políticas públicas nos dois casos analisados, no área de políticas ambientais?"** Adicionalmente, o estudo visa verificar se as capacidades identificadas nesses estados permitem nutrir expectativas positivas quanto ao atendimento de possíveis cenários de crises climáticas.

3. Metodologia

A investigação será guiada pelo modelo de análise de capacidades de políticas públicas proposto por Wu *et al.* (2015), que define capacidade política como "o conjunto de habilidades e recursos ou competências e capacidades necessários para desempenhar as funções

políticas". Este modelo categoriza as competências em três tipos: analítica (capacidade de acessar e aplicar conhecimentos técnicos e científicos), operacional (capacidade de gerenciar e implementar ações), e política (capacidade de obter e manter apoio e legitimação). Estas competências são analisadas em três níveis de recursos: individual (profissionais de políticas, gerentes públicos, analistas), organizacional (infraestrutura de informações, gestão de pessoas e financeiros, apoio político), e sistêmico (apoio e confiança dos líderes políticos e sociedade, sistemas econômicos e de segurança). Essa estrutura gera nove tipos básicos de capacidade política relevante para as políticas.

A coleta de dados envolverá a análise de dados secundários para a caracterização das áreas de estudo, com foco nos aspectos socioambientais e climáticos. As principais fontes de dados secundários a serem utilizadas, com base nos estudos de Teixeira (2023).

Os dados secundários, em conjunto com pesquisa documental (ex: planos estaduais de adaptação, leis ambientais, relatórios de gestão de riscos) subsidiarão os estudos de caso nos estados. As "*proxies*" para cada componente da capacidade serão cuidadosamente selecionadas para representar as capacidades analítica, operacional e política em cada um dos níveis (individual, organizacional e sistêmico) dentro do contexto de cada estado, conforme detalhado por Wu *et al.* (2015). A análise de conteúdo, com foco temático e utilizando uma grade mista de categorias (combinando categorias da literatura com categorias emergentes dos dados empíricos), será empregada para analisar os dados das entrevistas e documentos (BARDIN, 2011).

4. Síntese dos Resultados

Espera-se que os resultados desta pesquisa apoiada com a literatura de *Capacity Policy* permitirão identificar as combinações de capacidades (analíticas, operacionais, políticas em níveis individual, organizacional e sistêmico) que, em conjunto, contribuem para uma gestão estadual mais robusta e adaptativa. Será possível verificar se há um padrão de capacidades que se repete ou se a eficácia na resposta às crises climáticas decorre de configurações singulares em cada estado, considerando a interação entre governo, setor privado, sociedade civil e academia.

A análise comparativa entre os dois estados revelará semelhanças e diferenças nas suas abordagens e estruturas de políticas públicas, permitindo identificar pontos fortes a serem replicados e lacunas a serem preenchidas, especialmente no que tange à efetivação de uma governança climática multiautores e à integração plena de responsabilidades. Espera-se que a pesquisa contribua para o debate sobre o desenho de políticas públicas mais eficazes e a governança democrática em face dos desafios climáticos no contexto do Nordeste brasileiro.

5. Bibliografia

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Beck, U. (2011). *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Ed. 34.

BETARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FERREIRA, Sandro de Freitas. *Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)*. Brasília: Enap, 2018.

CEPED - Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres/UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. (2013a). *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 A 2012: Volume Brasil*.

DARELA FILHO, J. P. et al. Socio-climatic hotspots in Brazil: how do changes driven by the new set of IPCC climatic projections affect their relevance for policy?. *Climatic Change*, 136, 413-425, 2016.

DIAS, Eric Mateus Soares. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RECURSOS HÍDRICOS: PERCEPÇÕES SOBRE RISCOS CLIMÁTICOS E CAPACIDADE ADAPTATIVA NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL. 2020. 137 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

DIAS, Eric Mateus Soares; PESSOA, Zoraide Souza. Percepções sobre os riscos das mudanças climáticas no contexto da região semiárida do Rio Grande do Norte, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, vol. 55, p. 619-643, dez. 2020.

Ragin, C. C. (1987). *The Comparative Method: Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. University of California Press.¹

TEIXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes. *Energias renováveis no Nordeste do Brasil e as relações com a adaptação às mudanças climáticas*. 2023. 345 f. Tese (Doutorado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Wu, X., Ramesh, M., & Howlett, M. (2015). Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competencies and capabilities. *Policy and Society*, 34(2), 165–171.